

“complexo” ou “civilização do milho”, caracterizando certa fase da vida interiorana. Procura o Autor fundamentar uma série de considerações em exaustiva pesquisa histórica e cultural, em brilhante síntese que tão bem ilustra várias facetas desses nossos primeiros séculos de colonização.

MARIA HELENA C. DE FIGUEIREDO STEINER

* *
*

WRIGHT (Mary Clabaugh). — **The last stand of chinese conservatism. The T'ung-Chih Restoration, 1862-1874.** Stanford University Press, Stanford, Califórnia, 1957, 426 págs.

Em 1860, o processo de desagregação da velha China atingira seu ponto culminante. A contínua intervenção das potências estrangeiras, determinando pela violência a assinatura de tratados consagradores de uma humilhante posição chinesa, levava à chamada “guerra de Lorcha” (1857-1860); franceses e ingleses acabaram por ocupar Pequim, pilhando e destruindo o palácio imperial de verão, forçando o Imperador à fuga para o Jehol; assinava-se o tratado de Tientsin, estabelecendo a criação de missões diplomáticas européias, a jurisdição consular para os estrangeiros, a liberdade de ação para as missões cristãs e uma série de vantagens para o comércio ocidental. Por outro lado, no interior, a rebelião Taiping prosseguia, desorganizando numerosas províncias, após ter já destruído Nankim em 1853. Neste ambiente é que se manifesta a chamada Restauração T'ung-Chih, reunindo a elite mandchú e chinesa à volta do trôno e envidando esforços para salvar o país da ruína total. A todos os setores estendeu-se a obra da Restauração: “não só a supressão da rebelião, a seleção e o contrôle de oficiais e o adestramento dos exércitos, mas também as normas de comportamento na vida social cotidiana, relações pessoais no âmbito da família e fora dela, o papel das mulheres, as relações entre as gerações, a escôlha de ocupações, a procura de recursos, as formas de recreação” (pág. 301). Além de tudo isto, evidentemente, havia a necessidade de estabilizar as relações com os países estrangeiros, o que atribuía ao movimento toda uma face externa, complementar da que se voltava para os assuntos internos. A base de todo o programa era constituída pelo confucionismo, tanto assim que as diversas coletâneas de escritos políticos do período — memoriais, ensaios, cartas, etc. — contêm, literalmente, centenas de “planos básicos” para a restauração do Estado confusiano e para a salvação da China. O principal representante desta grande corrente, Tseng Kuo-fan, considerado ainda hoje como mais hábil expoente moderno do conservantismo chinês, reconheceu a importância de inovações específicas nos campos das finanças, do serviço civil e em vários outros, mas acentuou sempre a relevância da seleção e da educação dos homens de talen-

to, bem como da proteção à economia agrária. “Tseng repetidamente empregava a frase “o bem-estar do povo” e reafirmava a opinião tradicional de que a agricultura era a base do Estado” (pág. 66). Os ocidentais, por sua vez, dispuseram-se a uma política de cooperação com o novo govêrno, principalmente os britânicos, entre os quais se destacaram Hart, Alcock, Wade e Burlingame; é verdade, porém, ter sempre permanecido uma desconfiança latente em relação às intenções últimas dos estrangeiros, desconfiança esta que subia à tona nos momentos mais críticos. Atualmente, aliás, autores comunistas, tais como Fan Wen-Jan e Hu Sheng, embora discordando na interpretação de diversos detalhes, não duvidam quanto à verdadeira finalidade dos ocidentais, ou seja, quanto ao seu esforço no sentido do contrôle político do país. A tal ponto de vista podemos contrapor a atitude de vários diplomatas inglêses, para os quais “o govêrno chinês deveria gozar da mais ampla liberdade, não só frente às forças militares estrangeiras, mas também no tocante à excessiva pressão das opiniões européias, das experiências comerciais e da atividade missionária” (págs. 41-42). Explica-se, desta forma, a mudança de atmosfera nas relações internacionais, passo a passo com os esforços de reforma interna. Por fim, a chamada Convenção de Alcock, relativa às condições comerciais anglo-chinesas, já empregava uma linguagem bem diferente da que caracterizara o tratado de Tientsin (1858), pois China e Grã-Bretanha surgiam como partes contratantes em pé de igualdade. Tal Convenção, contudo, não chegou a ser ratificada, justamente devido ao malôgro da Restauração T’ung Chih, assinalado, acima de tudo, pelo massacre de Tientsin, em junho de 1870. Era insofismável, por esta época, a inanidade dos esforços dispendidos: “o país tornara-se mais fraco, em lugar de mais forte; sicofantas ocupavam os postos antes preenchidos por grandes estadistas da Restauração; e a feliz política exterior da década de 60 deveria ser sucedida por uma éra de tratados ainda mais humilhantes do que os anteriores, por perda de território e — acima de tudo — de soberania também” (pág. 299).

A êste movimento, até hoje não considerado em sua justa significação, e mesmo “virtualmente ignorado no Ocidente” (pág. 8), Mary Clabaugh Wright dedica um cuidadoso estudo, em que a acuidade de observações e a referência a um fartissimo repertório de fontes deixam bem clara a sólida base e a maturidade da autora. Numa indispensável Introdução, somos esclarecidos acêrca das diferenças entre conservantismo chinês e conservantismo ocidental, bem como das características próprias ao primeiro. Utilíssima, ainda, é esta parte inicial do volume no que toca a umas tantas questões de método e a precauções exigidas no trato de assuntos ligados à história chinesa. Sentimo-nos tençados, até, a encarar tais advertências como proveitosas para o estudo de todo o campo extremo-oriental.

Para a autora, o malôgro da Restauração “demonstra com rara clareza que, mesmo nas mais favoráveis circunstâncias, não há maneira de se possibilitar o enxêrto de um Estado efetivamente moderno numa sociedade confuciana” (pág. 300). Tal assertiva é fértil em

conclusões, ao observarmos a exaltação do movimento T'ung-Chih pelo Kuomintang e a implacável oposição dos comunistas chineses ao confucianismo em geral e à Restauração de 1860 em particular. Melancólicas, contudo, são as palavras da Autora relativamente ao regime de Chiang Kai-shek, como se vê: **"The whole of the neo-Restoration of the Kuomintang was a dismal failure, a far sadder spectacle than the T'ung-chih Restoration it tried to copy. Local control was not reasserted. Army morale was not restored. There was never really any effort to revive the Confusian economy. And above all there was no resurgence of Confusian values and mores. To call this distorted echo the last stand of Chinese conservatism would be to insult a magnificent tradition"** (pág. 312).

PEDRO MOACYR CAMPOS

* *
*

DERMIGNY (Louis). — **U.S.A. Essai de Mythologie Américaine.**
PUF. Paris, 1958. 150 págs.

A atitude, que dirigiu os passos do Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Montpellier, foi o de uma tentativa de análise psicanalítica da sociedade estadunidense, dividindo o seu trabalho nos seguintes tópicos: "A morte do pai"; "A mulher e o signo"; "O despertar do tempo".

Com efeito, os E. U. A. oferecem, particularmente no século atual, um dos panoramas mais singulares para o estudo da sociedade capitalista contemporânea. A vitória tecnológica impôs condições tais que o transformou num "mito". Diante dele a atitude de "descoberta", um fato quase constante, é praticamente um rito. Mas a "descoberta" se fez lentamente do século XIX para os nossos dias e por isso, diz o Autor, ela "procede de uma tradição: aquela que ilustrou de Alexis de Tocqueville a Siegfried" (pág. 7). Porém, esta tradição passou a refletir uma situação paulatinamente: a falência europeia diante de suas contradições e o aproveitamento que disto resultou para os E. U. A., marcadamente após o conflito de 1914-1918. Assim, da "descoberta" passou-se à idealização, que acabou por impor padrões em virtude da crise da burguesia europeia. Os dois fatos se completam.

Entretanto os E. U. A. são em outras terras e condições, a vitória de um mesmo sistema econômico e a constituição, também, de uma classe burguesa. Diante disto: "à uma Europa vacilante, cujas lembranças não são mais suficientes para alimentar, a América, terra de experimentação e de futuro, oferece perspectivas e métodos novos" (pág. 10). E' preciso, todavia, indagar da consistência desse "mundo novo", que se coloca ante o bloco de tradições europeias, geradoras da América. Tanto mais, que essa atitude deve "permitir à Europa retomar consciência de si mesma, não por imitação, cer-